



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN 0872-1610

Relatório e Contas 2005



Título

Relatório e Contas 2005

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida, 2
1000 - 043 LISBOA
PORTUGAL
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente da Direcção

Alda de Caetano Carvalho

Capa e Composição Gráfica

INE - Departamento de Difusão e Clientes

Impressão

INE - Departamento Financeiro e Administrativo

Tiragem

50 exemplares

ISSN 0872-1610

ISBN 972-673-859-8

Depósito Legal n.º 79235/94

Periodicidade Anual

O INE na internet

www.ine.pt

Serviço de Apoio ao Cliente

808 201 808

Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
SUMÁRIO	7
INTRODUÇÃO	9
ACTIVIDADE ESTATÍSTICA	11
Produção Estatística	11
Actividades mais significativas	12
Recolha de informação estatística	14
DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO	16
OUTRAS ACTIVIDADES	17
Coordenação	17
Planeamento	17
Gestão da Qualidade	17
Recurso Humanos	18
Tecnologia de Informação e Comunicação	18
Actividades de Âmbito Internacional	18
Recursos Financeiros	20
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	27
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	31
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	39
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA	65

RELATÓRIO E CONTAS 2005

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

SUMÁRIO

A actividade de 2005 foi planeada tendo como principal objectivo o reforço de três importantes dimensões da actividade do INE:

- A eficiência do processo produtivo;
- A credibilidade e qualidade da informação estatística nacional com orientação para o Cliente;
- A coordenação e articulação do Sistema Estatístico Nacional.

O **aumento da eficiência do processo produtivo** é crucial num contexto de recursos limitados como aquele que vigorou em 2005. De facto, a prossecução da melhoria da eficiência permite a libertação de recursos, quer para o reforço da qualidade das operações existentes, quer para a possibilidade de melhor cobrir determinadas áreas estatísticas. Este objectivo, de horizonte marcadamente de médio prazo, não foi totalmente alcançado. No entanto, foram dados alguns passos importantes: foi incrementada a utilização do WebInq, foram assinados protocolos com diversas entidades para acesso a dados administrativos e foram tidos em consideração, no planeamento das actividades, os resultados da auscultação às necessidades dos utilizadores de informação estatística.

As iniciativas adoptadas para a melhoria da eficiência enquadraram-se na nova estrutura orgânica do INE, que entrou em vigor no início de 2005 e com a adopção de outras medidas de gestão e produção, nomeadamente o desenvolvimento de novas soluções de Recolha de Dados: a recolha electrónica de dados, a activação do serviço “Gestor do Respondente”, a preparação de um repositório das Empresas, a dinamização da Recolha Telefónica de dados e a concepção do novo “Sistema de gestão de processos de recolha”.

Por outro lado, os ganhos de eficiência que decorrerão de um melhor aproveitamento de dados administrativos permitirão, a médio prazo, a redução do custo das operações estatísticas associadas. Nesse sentido, entre o final de 2004 e meados de 2005, foram assinados protocolos com as seguintes entidades: Direcção Geral dos Impostos/Direcção Geral das Alfandegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo/Direcção Geral da Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, Caixa Geral de Aposentações, Direcção Geral dos Impostos, Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública e Instituto Nacional de Aviação Civil. A concretização destes protocolos através do acesso aos respectivos dados administrativos e sua exploração irá permitir a melhoria dos ficheiros do INE, a redução da carga estatística sobre os inquiridos e a consequente redução dos custos de inquirição.

A identificação de prioridades necessárias ao sistema de planeamento é essencial para conseguir orientar a produção estatística para a satisfação das necessidades dos utilizadores, pelo que, em 2005 foi conduzido, pelo segundo ano consecutivo, um exercício de avaliação de prioridades estatísticas no âmbito do Conselho Superior de Estatística, visando a definição do Plano de Actividades para 2006.

As iniciativas vocacionadas para o **reforço da qualidade da produção estatística** assumiram essencialmente um carácter reorganizativo, com a implementação da nova estrutura orgânica do INE, cuja característica principal foi a criação de departamento centralizador de todas as operações de recolha, retirando-as aos departamentos temáticos, cuja massa crítica para análise será assim reforçada de forma a potenciar a qualidade da produção e da difusão estatísticas. Por outro lado, a reformulação do processo de recolha permitiu introduzir procedimentos de controlo em diversas operações, designadamente na supervisão, na qualidade e na análise de micro dados.

Nessa linha foi dada particular atenção ao processo de documentação das operações, consubstanciado no Documento Metodológico, aprovado pelo Conselho Superior de Estatística em 2005 para o conjunto do Sistema Estatístico Nacional, em formato normalizado, o qual deve explicitar, designadamente, os parâmetros de qualidade a que cada operação deve obedecer.

As iniciativas com vista à melhoria **da coordenação e articulação do Sistema Estatístico Nacional** foram sobretudo ao nível de uma maior eficácia na coordenação de objectivos e métodos, em particular nas áreas de intervenção transversal, nomeadamente, através de acções nas seguintes vertentes:

- No Planeamento, com a elaboração do Plano de Actividades integrado relativo a todo o Sistema Estatístico Nacional, através de reuniões bilaterais entre o INE e as Entidades Oficiais produtoras de estatísticas, nas quais foram analisadas todas as propostas de actividades estatísticas e de modalidades de difusão da informação, tendo presentes os objectivos definidos para cada área estatística;
- Na Formação, com a participação de técnicos de Outras Entidades do Sistema Estatístico Nacional e dos PALOP no curso DARI – Desenvolvimento de Aptidões para a Realização de Inquéritos realizado em meados de 2005, atendendo a que o reforço da qualidade das operações estatísticas passa, em grande medida, pelo reforço da qualificação dos recursos humanos;
- Na Coordenação Externa, com o início da preparação da revisão da Lei do Sistema Estatístico Nacional.

INTRODUÇÃO

Este Relatório, que acompanha a apresentação das Contas do exercício financeiro relativo ao ano de 2005, tem como objectivo relevar os aspectos mais importantes da actividade desenvolvida pelo INE e analisar os aspectos essenciais da execução financeira explanada nas Contas e respectivos anexos.

A primeira parte do Relatório apresenta o conjunto da actividade estatística desenvolvida ao longo de 2005, descrevendo-se os aspectos mais relevantes da produção desenvolvida nas áreas estatísticas a que foi dado maior destaque no Plano, bem como as principais acções levadas a cabo para o aumento da eficiência da actividade, nomeadamente as alterações ocorridas na organização das operações de recolha do INE e na actividade de difusão, enfatizando-se, neste caso, as alterações que consubstanciam o reforço do serviço ao cliente.

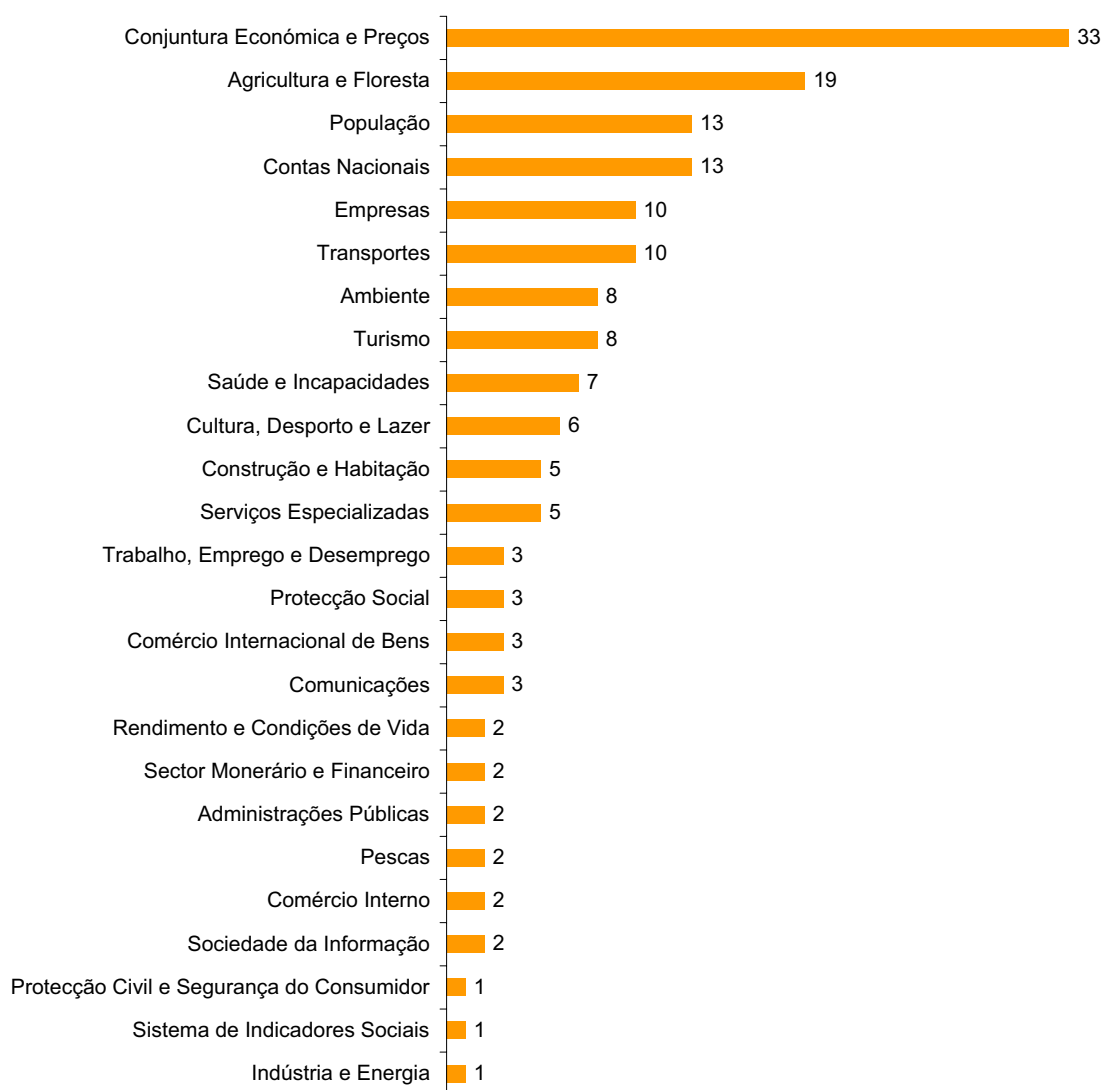
Na segunda parte é analisado um conjunto de outras actividades do INE, nomeadamente as acções desenvolvidas ao nível da coordenação, do planeamento, da gestão da qualidade, dos recursos humanos, da infra-estrutura de tecnologias de comunicação e informação, da cooperação e das relações internacionais.

Na terceira parte apresenta as respectivas contas, as demonstrações financeiras e respectivos anexos, elaborados em conformidade com a legislação em vigor.

ACTIVIDADE ESTATÍSTICA**Produção Estatística**

No presente Relatório, apresenta-se uma súmula das actividades desenvolvidas em 2005 pelo INE, no âmbito da produção estatística, sendo o acompanhamento da sua execução detalhado no Relatório de Actividades do INE e das Outras Entidades Intervenientes na Produção Estatística Nacional.

No Plano de Actividades para 2005 estava prevista a realização de 171 operações estatísticas, das quais se vieram a concretizar 164.

Número de Operações Estatísticas

Não se realizaram as seguintes operações:

- Conta Satélite da Educação,
- Conta Satélite do Trabalho,
- Matriz de Contabilidade Social,
- Estatísticas do Desenvolvimento Rural,
- Trocas Comerciais Norte-Galiza,
- Comércio Internacional de Serviços,
- Ocupação e Utilização dos Solos.

Actividades mais significativas

Do conjunto da produção estatística realizada em 2005 destacam-se as operações mais significativas.

População

A área da população, onde ocorriam em 2004 atrasos na disponibilidade de informação, registou uma recuperação significativa nos calendários de divulgação relativamente às operações “Nados-vivos”, “Óbitos” e “Casamentos”.

Rendimento e Condições de Vida

Relativamente ao “Inquérito às Despesas e ao Endividamento das Famílias - 2005/2006” realizaram-se todos os procedimentos metodológicos necessários à preparação da operação, de periodicidade quinquenal, tendo-se dado início à recolha em Outubro de 2005. O fornecimento de uma estrutura actualizada de ponderação para o “Índice de Preços no Consumidor” e o conhecimento sobre as condições de vida das famílias na óptica dos níveis e repartição das respectivas despesas de consumo constituem os principais objectivos desta operação.

Procedeu-se, ainda, à recolha de dados da 2ª vaga do “Inquérito às Condições de Vida e Rendimento” de 2004, e à realização dos procedimentos técnicos e de metodologia estatística associados à preparação da base de dados final da 1ª vaga do Inquérito. A realização deste inquérito ocorre no âmbito de legislação comunitária de suporte às estatísticas europeias sobre a pobreza e exclusão social, e os resultados encontram-se disponíveis.

Saúde e incapacidades

No âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, em Fevereiro de 2005 iniciou-se a recolha do “4º Inquérito Nacional de Saúde”, cujos objectivos são a avaliação do estado de saúde da população portuguesa e os seus factores determinantes e a viabilização da concepção de programas e planos de saúde pública. Também, em estreita colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, foi definido o modelo preliminar de análise e divulgação da informação resultante do inquérito.

A disponibilização da informação relativa à operação estatística “Causas de Morte”, de responsabilidade partilhada entre o INE e a Direcção-Geral de Saúde, registou no ano de 2005 atrasos significativos. Estes atrasos deveram-se, por um lado, à alteração do circuito habitual de transferência de informação entre estes dois Organismos e por outro, ao atraso na operação estatística associada (Óbitos).

Está prevista a divulgação da informação em atraso durante o 2º semestre de 2006.

Ambiente

A metodologia do “Inquérito Anual às Empresas” foi reflectida no “Inquérito às Empresas de Gestão e Protecção do Ambiente” e concebida nova aplicação informática para posterior integração no Webinq.

Contas Nacionais

Conforme fora programado, conclui-se a mudança de base das Contas Nacionais Anuais Definitivas para o ano 2000. Nesta óptica, efectuou-se a retropolação do quadro “recursos-empregos”, permitindo a ligação dos ramos e dos agregados na óptica da produção. Adicionalmente, realizou-se a projecção dessa ligação de 2001 a 2003 nas Contas Nacionais provisórias 2001-2003 da base 1995 à base 2000, para a componente de Bens e Serviços.

Procedeu-se ao ajustamento da série das Contas Trimestrais à base 2000, excluindo a sectorização trimestral dos Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos, nos prazos previstos para incorporação nas Contas Trimestrais do 3º trimestre de 2005. Foram também divulgados os resultados das Contas Nacionais Anuais relativos aos anos de 1999 e 2000.

Foi estabelecido um modelo de estimativas rápidas em Contas Trimestrais que produzirá, 45 dias após o trimestre da referência, uma primeira estimativa dos principais agregados macroeconómicos. Este modelo será mantido em fase experimental durante o ano de 2006.

Conjuntura Económica e Preços

Foi revisto o cabaz de produtos associado ao “Índice de Preços ao Consumidor”, designadamente no que se refere à classe do vestuário e calçado. No âmbito da implementação de métodos explícitos de ajustamentos de qualidade, o INE recebeu uma equipa de assessoria técnica do Statistics of Finland.

O estudo da mudança da base (2005) no quadro de revisão regular dos indicadores de curto prazo, assim como a adequação da produção de estatísticas de curto prazo ao novo Regulamento Comunitário, a par do desenvolvimento de estudos de implementação de novos indicadores, não decorreram de acordo com o calendário previsto, registando atrasos significativos devidos a problemas surgidos relativamente aos recursos humanos disponíveis desta área.

O apuramento de indicadores de curto prazo, com separação entre zona euro e zona não euro, foi unicamente estabelecida na recolha do volume de negócios e amostragem de índices de preços de produção para o mercado externo, tendo sido diferida a sua difusão.

Empresas

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos, pelo EUROSTAT e pelos Estados Membros, na identificação de potenciais áreas estatísticas para reestruturação, foram tomadas medidas relativas à redução de variáveis a inquirir no “Inquérito Anual às Empresas”.

Procedeu-se à revisão dos critérios de estratificação da operação “Inquérito Anual às Empresas”, da qual resultou uma redução de 30% no número potencial de estratos. Ao nível do conteúdo do inquérito, foi possível reduzir substancialmente o número de variáveis dos anexos para o sector da Construção, em 34% e 47%, para os modelos A e B do questionário, respectivamente.

Não foi possível o aproveitamento da informação administrativa recebida em 2005, nesta operação estatística, tendo-se dado início aos estudos necessários à sua integração na operação em 2006.

Comércio Internacional

Implementaram-se novos procedimentos automatizados de validação da informação no âmbito do “Comércio Internacional” que contribuíram para a melhoria do nível de validações à data de apuramento. Foram desenvolvidas novas metodologias de tratamento e análise das variações homólogas e de análise de discrepâncias, que permitiram um incremento na qualidade dos dados divulgados.

Também nesta área, foi desenvolvida uma nova metodologia de divulgação da informação do Comércio Internacional, implementada em Setembro de 2005, e que contempla, entre outras melhorias, as estimativas para as não respostas assim como as estimativas abaixo do limiar de assimilação.

Agricultura e Floresta

Como planeado, em Outubro de 2005 foi lançado o “Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2005/2006”.

Indústria e Energia

No “Inquérito à Produção Industrial” foi retomado o módulo relativo às matérias-primas, única fonte de informação que permite satisfazer não só as necessidades das Contas Nacionais mas também as de outras Entidades do SEN.

Comércio Interno

Satisfazendo as necessidades manifestadas pelos utilizadores através de auscultação aos vogais presentes no Conselho Superior de Estatística, foram retomadas operações estatísticas na área do Comércio Interno, interrompidas em anos anteriores, nomeadamente:

- O Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais
- O Inquérito às Unidades Comerciais de Dimensão Relevante

Realizou-se o “Inquérito às Administrações dos Centros Comerciais” por se ter revelado inviável a realização do “Inquérito aos Estabelecimentos dos Centros Comerciais”, inicialmente previsto no Plano de Actividades de 2005, devido a dificuldades de actualização do ficheiro de base relativo aos estabelecimentos em centros comerciais. O principal objectivo do “Inquérito às Administrações dos Centros Comerciais” refere-se à constituição de um ficheiro de estabelecimentos situados em centros comerciais, a partir do qual se possa lançar, em 2006, o inquérito inicialmente previsto.

Serviços especializados

Nesta área foram retomadas as seguintes operações estatísticas, para o ano de referência de 2004:

- Inquérito às Actividades de Contabilidade, Auditoria, Consultoria fiscal, Negócios e Gestão;
- Inquérito às Actividades de Arquitectura, Engenharia e Técnicas Afins;
- Inquérito às Actividades de Estudos de Mercado e Sondagens de Opinião;
- Inquérito aos Serviços de Publicidade;
- Inquérito às Actividades Informáticas e Conexas.

A informação relativa a estas operações já se encontra disponível no site do INE.

Na prossecução da melhoria destas operações face aos anteriores exercícios, em reuniões promovidas pelo INE foram auscultadas várias associações representativas dos sectores inquiridos, às quais se solicitaram contributos para os Instrumentos de Notação a utilizar.

Turismo

Realizaram-se os apuramentos do “Inquérito ao Movimento de Pessoas nas Fronteiras” relativos ao período Janeiro de 2004/Outubro de 2005, os quais se encontram na fase de análise de resultados por parte das três entidades envolvidas na operação - INE, Banco de Portugal e Direcção-Geral do Turismo.

Em relação ao “Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais”, da responsabilidade das Entidades referidas, no final de 2005 iniciou-se o processo de definição dos apuramentos, prevendo-se que os primeiros resultados venham a estar disponíveis durante o 1º trimestre de 2006, para análise pelas entidades envolvidas na operação.

Recolha de informação estatística

Em 2005 foram concebidas e desenvolvidas novas soluções de recolha de dados nos seguintes domínios:

- Recolha electrónica de dados (Inquéritos do INE – WebInq), com duas áreas: a área reservada a aderentes, com acesso através de user e password, para preenchimento de formulários on-line e seu envio através de up-load, o que constituiu uma novidade em 2005; a área pública, já existente no período anterior a 2005, e que disponibiliza questionários em Excel para download e posterior preenchimento e envio (postal ou e-mail) ao INE;
- Activação do serviço “Gestor do Respondente”, destinado a empresas relevantes e com carga estatística significativa;
- Preparação de um Repositório de Empresas (protótipo de uma solução definitiva, a desenvolver no âmbito da nova “Arquitectura do Sistema de Produção Estatística”);
- Dinamização da Recolha Telefónica de dados.

Após um teste de usabilidade realizado interna e externamente foi activada em 2005 a área de acesso reservada no WebInq. Nesta área foram disponibilizados seis formulários relativos às seguintes operações: “Intrastat”, “Inquérito às Empresas - Gestão e Protecção do Ambiente”, “Índice de Volume de Negócios e Emprego - Comércio, Indústria, Serviços e Construção e Obras Públicas”. As empresas que responderam por esta via (disponível apenas em parte do ano de 2005) foram em número de 500. No entanto, o número de empresas que solicitou a sua adesão ao novo sistema foi de cerca de 1600.

Por sua vez, a área pública do WebInq incluía, em final de 2005, quatro questionários em formato Excel, relativos às seguintes operações: “Inquérito Anual às Empresas” (IEH), “Índice Mensal à Produção Industrial”, “Serviços Prestados às Empresas” e “Unidades Comerciais de Dimensão Relevante”.

No âmbito da Recolha electrónica há, ainda, a salientar outros suportes de transmissão, com destaque para o Cd-Rom do IDEP – Comércio Internacional (Intrastat).

No conjunto dos suportes, vários milhares de empresas utilizaram, em 2005, este modo de recolha de dados, tendo o número de respostas total, por esta via, registado um acréscimo de 5 p.p. em relação a 2004.

Com a activação do serviço “Gestor do Respondente” pretende-se, através de contacto personalizado, contribuir para diminuir a carga estatística e facilitar o acesso à informação estatística disponível. Este serviço envolveu já em 2005, cinco empresas de grande dimensão. Ainda no âmbito da relação com o respondente, o INE passou a oferecer números azuis nos Centro de Recolha - Porto (1), Coimbra (1), Lisboa (2), Évora (1) - destinados ao apoio especializado à resposta de inquéritos do INE, com reduções dos custos com comunicações para as empresas. Foi activada uma equipa de atendimento e apoio aos utilizadores do WebInq, a qual ofereceu suporte aos respondentes das dez operações estatísticas abrangidas. Esta equipa constitui a primeira experiência de atendimento ao respondente através de um ponto único de contacto com o INE.

A preparação de um Repositório de Empresas permite conhecer o envolvimento (carga estatística) de cerca de 107 mil empresas nas diversas operações (em número de 86), assim como a monitorizar o estado de resposta e o modo utilizado no envio de dados ao INE (electrónico ou postal).

Após a confirmação do estudo de viabilidade da Recolha Telefónica de dados centralizada, aplicado ao “Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores”, iniciou-se a utilização progressiva deste novo método de recolha, alternativo à entrevista presencial. Este domínio de intervenção permite a redução de encargos financeiros e um melhor aproveitamento de recursos internos.

Paralelamente, foi reforçada a base de documentação dos procedimentos de recolha nas operações estatísticas, assim como foram melhorados os processos de supervisão, controlo de qualidade e análise de microdados.

DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO**Informação na Internet**

A necessidade de modernização do site do INE levou ao lançamento do projecto do “Portal das Estatísticas”, cujo desenvolvimento se deverá processar ao longo de 2005/2006, para entrada em fase de testes no 4º trimestre de 2006.

A presença do INE na Internet foi garantida nos moldes de anos anteriores, através do INFOLINE.

Foram, igualmente, desenvolvidos contactos com vista a uma maior disseminação do projecto Acção Local de Estatística Aplicada (ALEA) junto de entidades potencialmente interessadas.

Acesso à informação estatística e atendimento a clientes

Em Fevereiro de 2005 foi aberto o Serviço de Apoio Telefónico ao cliente através de um número único (808 201 808).

O atendimento através dos outros canais (carta, e-mail, fax) foi igualmente centralizado a fim de garantir-se um tratamento homogéneo dos utilizadores.

No decorrer do ano foram abertos os Pontos de Acesso previstos para 2005 no contexto da 1ª fase da “Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior”, com a excepção do da Universidade do Algarve. Foi, ainda, aberto um Ponto de Acesso correspondente à 2ª fase do projecto (não previsto nos objectivos para 2005). Deste modo, no final de 2005 estavam instalados e em funcionamento 19 Pontos de Acesso, mais 5 do que em 2004.

A integração do INE na Rede de Cálculo Científico Nacional, ocorrida em Janeiro de 2005, possibilitou à “Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior” uma mais valia na oferta proporcionada nos seus Pontos de Acesso.

Produtos

O Anuário Estatístico de Portugal de 2004 consagrou a reformulação desta publicação do ponto de vista de organização, de conteúdo e de grafismo e incluiu um CD-ROM com um conjunto de funcionalidades.

OUTRAS ACTIVIDADES

Coordenação

O Relatório elaborado pela equipa de consultores constituída pelo presidente do INE do Canadá, Dr. Ivan Fellegi, e pelo ex-vice-presidente do mesmo Instituto, Dr. Jacob Ryten, apresentado publicamente no final de 2004, incluía recomendações diversas sobre o INE e sobre a organização do próprio Sistema Estatístico Nacional, neste último caso reforçando as recomendações que o Conselho Superior de Estatística (CSE) vinha formulando desde 2000. Neste contexto, foram desenvolvidos vários trabalhos para a elaboração de um projecto de nova Lei do SEN, o qual manteve, no entanto, o carácter de documento interno.

Procurando reforçar a coordenação com as entidades com delegação de competências e com outras entidades intervenientes na produção estatística nacional, tendo em vista a racionalidade do Sistema Estatístico Nacional, durante o mês de Outubro foram promovidas várias reuniões, que permitiram melhorar a articulação em diversas áreas de intervenção, designadamente no que se refere ao planeamento de actividades, à cooperação internacional e à formação no domínio da estatística.

No seguimento dos resultados apurados nas acções de avaliação da satisfação dos clientes externos lançadas com o objectivo de perceber novas necessidades de informação e de adequar a difusão estatística a essas necessidades, realizaram-se reuniões com os representantes indigitados pelos Ministérios para análise mais aprofundada das respostas ao inquérito realizado.

No âmbito do aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos, foram estabelecidos contactos com diversas entidades tendo em vista o estabelecimento de parcerias, destacando-se a Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa, no âmbito do Cartão do Cidadão.

Neste âmbito, celebraram-se protocolos com as seguintes entidades: Direcção Geral dos Impostos/Direcção Geral das Alfandegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo/Direcção Geral da Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, Caixa Geral de Aposentações, Direcção Geral dos Impostos, Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, Instituto Nacional de Aviação Civil.

Foram, ainda, celebrados protocolos no âmbito da colaboração científica com as Universidades, em particular nas áreas de consultadoria externa relativas ao desenvolvimento das estatísticas das migrações e do mercado de trabalho.

Planeamento

À semelhança do ocorrido em 2004, também em 2005 e em virtude da deslocação de técnicos da área do Planeamento do INE ao STATCAN – Instituto Canadiano de Estatística, realizou-se o exercício interno de hierarquização de prioridades, visando inventariar as prioridades positivas e negativas da actividade estatística nacional.

Também à semelhança do ano anterior, realizou-se uma auscultação aos vogais do Conselho Superior de Estatística com vista à determinação de prioridades estatísticas.

Foram divulgados os primeiros resultados dos indicadores de desempenho do INE, no âmbito do Balanced Scorecard, para os quais foram solicitados contributos internos relativamente à metodologia e apuramento de resultados.

Gestão da Qualidade

Foi efectuado um estudo de reformulação do Sistema Documental do INE consubstanciando-se na concepção do Manual de Procedimentos do Sistema de Comunicação Interna. No âmbito da documentação de processos, salienta-se a revisão do Manual de Procedimentos da Produção Estatística (dando à origem à 2ª edição deste Manual).

No que respeita às Auditorias da Qualidade foi realizada, por um perito externo a pedido do INE, a auditoria ao Inquérito ao Emprego. Foi ainda, iniciada a monitorização de forma sistematizada da implementação das recomendações feitas ao INE pelo Conselho Superior de Estatística.

Foi concebido o “Plano Integrado de Satisfação dos Clientes Externos do INE” e avaliada a implementação das acções de melhoria decorrentes dos resultados do “Inquérito de Satisfação da relação cliente/fornecedor interno”, realizada em 2004.

Nesta área, foi ainda concebido e iniciada a discussão interna de um quadro de políticas para o INE integrado nos trabalhos de implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.

Recursos Humanos

De acordo com a legislação em vigor, em 2005 o INE adoptou o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP) na avaliação dos seus trabalhadores.

Realizaram-se 177 acções na área da Formação Profissional, as quais corresponderam a 20241 horas de formação, significando um acréscimo de 11% face a 2004. O número de formandos internos envolvidos em acções de formação foi de 225 (-24% que no ano transacto). Por sua vez o número de formandos externos registado foi de 40.

Para esta evolução contribuiu significativamente o Curso de Desenvolvimento de Aptidões para a Realização de Inquéritos (DARI), realizado no INE durante os meses de Junho e Julho, o qual foi alargado a técnicos de Outras Entidades intervenientes na produção estatística nacional e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

A acção de formação designada de DARI foi elaborada e ministrada por técnicos do INE, após formação específica no STATCAN – Instituto Canadiano de Estatística.

Tecnologias de Informação e Comunicação

Foi consolidada a estrutura de servidores com a progressiva utilização do sistema operativo Linux, que se aplica a 45% dos servidores do INE e que permitiu uma redução de 15% no número total de servidores.

Foi criada uma nova estrutura para armazenamento de dados em áreas de rede, bem como foi realizada a migração da gestão de domínios para software OSS (open source system). A implementação de uma solução de armazenamento de dados centralizada deverá vir a acontecer em 2006.

Foi definida uma arquitectura para o sistema de informação do INE assente no *Data Warehouse* (DW) e concebido e parcialmente desenvolvido um subsistema genérico de suporte à difusão, tendo como base o Banco de Dados de Difusão, o qual permitirá automatizar a publicação de conteúdos em qualquer suporte (WEB, CD ou papel).

Actividades de Âmbito Internacional

A cooperação internacional tem um grande impacto no desenvolvimento dos sistemas estatísticos, permitindo a participação activa na harmonização de metodologias estatísticas, influenciando a elaboração de actos legislativos no domínio da estatística e promovendo a partilha de conhecimentos e de experiências entre países.

Assim, no quadro do desenvolvimento do Sistema Estatístico Europeu foram aprovados cinco Regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho (em igual número em 2004), sete Regulamentos da Comissão (treze em 2004), um Comunicado da Comissão Europeia ao Parlamento e ao Conselho e sete Decisões da Comissão (dez em 2004), que constituem novas obrigações para os sistemas estatísticos europeu e nacional.

Em 2005, o INE participou em 210 reuniões internacionais (172 em 2004), das quais 8 no âmbito do Conselho da União Europeia, 146 no EUROSTAT, 8 na OCDE e 35 reuniões nas Nações Unidas e noutros organismos estrangeiros e internacionais. O INE participou ainda em 13 reuniões no quadro de contratos de prestação de serviços a outras entidades.

No ano de 2005 foram promovidas em Lisboa as Terceiras Jornadas Ibéricas de Estatística, em colaboração com o INE de Espanha. Ainda no âmbito das Jornadas Ibéricas e na sequência desta reunião realizou-se em Dezembro a primeira reunião de coordenação e definição do plano de trabalhos para análise das assimetrias no Movimento de Pessoas nas Fronteiras.

O INE recebeu o apoio de outros Institutos de Estatística Europeus para projectos e desenvolvimento de algumas áreas, nomeadamente do Instituto finlandês para a área das metodologias e do Instituto sueco para a área da difusão.

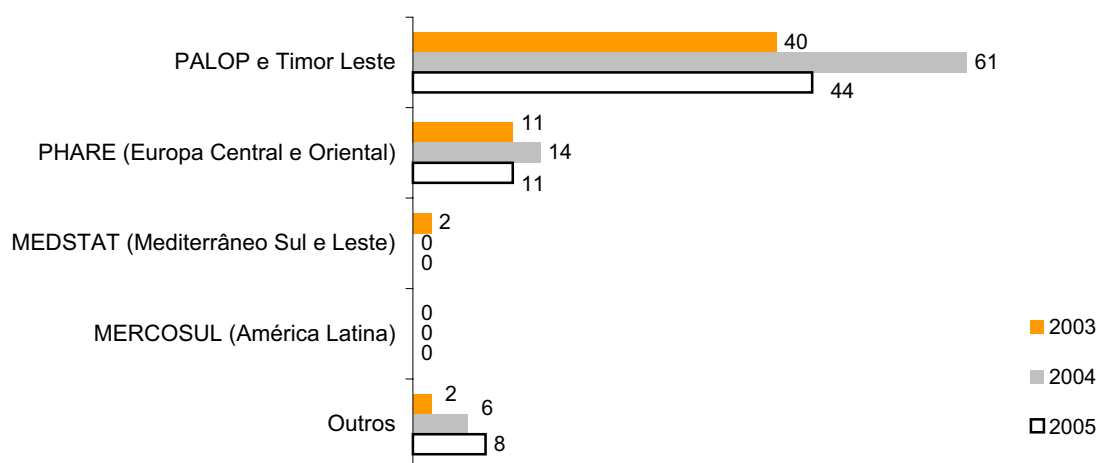
É de salientar, ainda, a deslocação ao INE de peritos canadianos para trabalhar em diversas áreas como a metodologia, nomeadamente em amostragem e ficheiros, e o planeamento.

O INE participou, com uma delegação e stand próprio, na 55ª edição do ISI – Instituto Internacional de Estatística, em Sydney, em Abril de 2005. O INE participou igualmente no Joint Statistical Meeting, congresso organizado pelo American Statistical Association, em Minneapolis, em Agosto do mesmo ano. Nestas duas ocasiões, o INE convidou os respectivos participantes desses eventos a aderirem à conferência ISI 2007, que se realizará em Lisboa, em Agosto de 2007.

O INE assumiu o papel de líder do grupo dos países do Sul da Europa no projecto comunitário “Paridades do Poder de Compra”.

No quadro dos programas de cooperação estatística ao abrigo de acordos entre Portugal e cada um dos PALOP foram realizadas 30 acções em diferentes projectos. Assumiu particular realce, a participação de técnicos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe no 1º curso sobre o Desenvolvimento de Aptidões para a Realização de Inquéritos - DARI.

Número de Acções por tipo de Programa



Recursos Financeiros

A análise da evolução financeira do INE em 2005 é apresentada em duas perspectivas, uma de execução financeira do orçamento aprovado – óptica da Contabilidade Pública – e outra ao nível patrimonial – óptica da Contabilidade Patrimonial (POCP).

De facto com a publicação do Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto (Estatutos do INE), o INE passou a um Instituto Público Autónomo com contabilidade organizada em conformidade com o Plano Oficial de Contas. Contudo na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a autonomia financeira, passando a Serviço Integrado com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 2003, conforme estipulado no Artigo 3º do referido Diploma. Deste modo passou a utilizar na sua prestação de contas o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

Perspectiva da Contabilidade Pública

O INE vem revelando uma melhoria na sua performance financeira, expressamente visível ao nível da contenção de custos, em resultado de uma política de rigor relativamente às despesas de funcionamento.

Em 2005, tal como já se tinha verificado em 2004, o INE não teve que recorrer à dotação provisional, o que aconteceu em anos anteriores, tendo concluído o exercício com verbas da dotação do orçamento de funcionamento por executar em cerca de três milhões de euros (2004: cerca de um milhão de euros). Sublinhe-se que, além dos factores já referidos, também contribuiu o facto de só se ter iniciado o “Inquérito às Despesas e ao Endividamento das Famílias” no início do 3º Trimestre, sendo que estava planeado começar no início do ano.

Esta situação pode ser constatada a partir do quadro “Execução Financeira (Óptica de Tesouraria)”, abaixo apresentado:

Execução Financeira (Óptica Tesouraria)

	2005	2004
1. RECEITAS	37 599 299	38 867 299
O. Funcionamento (Orc. Inicial Corrigido)	31 681 380	33 221 800
Receitas Próprias (Efectivamente Cobradas e Saldos Integrados)	5 130 399	4 795 499
PIDDAC - Correntes (Orc. Inicial Corrigido)	0	0
PIDDAC - Capital (Orc. Inicial Corrigido)	787 520	850 000
2. DESPESAS	33 997 145	37 003 747
Pessoal do Quadro, Requisitados e com Contrato a Prazo	23 334 933	24 530 658
Indemnizações por Rescisões de Contratos	314 064	1 739 184
Fornecimentos e Serviços Externos	9 380 642	9 969 995
Investimentos	967 507	763 910
3. SALDO ORÇAMENTAL (1-2)	3 602 153	1 863 552
4. RECURSO À DOTAÇÃO PROVISIONAL	0	0
5. SALDO FINAL (3-4)	3 602 153	1 863 552

O valor global da despesa de funcionamento, naquele período, decresceu 5,2 %, não considerando o montante pago a título de “Indemnizações por Rescisões de Contratos” dada a sua natureza extraordinária.

Se analisarmos as rubricas associadas à estrutura de custos do INE, verificamos:

- a) A manutenção dos valores dos “Fornecimentos e Serviços Externos”, tendo em consideração que em 2004 o INE devolveu ao EUROSTAT uma verba extraordinária de € 747.505,04, decorrente dos resultados de auditorias a práticas contabilísticas em projectos financiados por aquela entidade no período 1999 a 2001;
- b) Um decréscimo de 4,9% nos “Custos com o Pessoal”, explicado, sobretudo, pelas rescisões de contratos por mútuo acordo, verificadas nos últimos meses de 2004.

Ao nível das receitas, importa ter em consideração que o financiamento da actividade desenvolvida pelo INE é fundamentalmente assegurado pelo Orçamento de Estado. As “Receitas Próprias” correspondem na sua grande maioria a subvenções do EUROSTAT e a contratos de prestações de serviços firmados, sobretudo, com entidades públicas.

Por último importa referir que o saldo final apurado, incorpora o valor de € 781.118 referente a Receitas Próprias (2004: € 824.820) cobradas nos últimos dias dos anos económicos em análise, após terem sido libertos os fundos necessários, donde e conforme legislação em vigor será solicitado o respectivo pedido de integração no exercício seguinte.

Perspectiva da Contabilidade patrimonial

Os recursos financeiros, segundo a óptica de proveitos, ou seja, independentemente dos recebimentos, que permitiram ao Instituto no ano 2005 o exercício da sua actividade, foram provenientes de duas origens, num total de € 34.063.299,56, assim repartidas:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 29.647.864,93 (87,03%), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento (€ 28.862.503,63) e das verbas inscritas no PIDDAC - Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (€ 785.361,30).
- **Receitas Próprias**, a ocupar a segunda posição, com uma contribuição de € 4.415.434,63 (12,97%), distribuídos por vendas e prestações de serviços (€ 2.350.235,12), participações financeiras (€ 1.682.058,10), recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€ 382.959,96) e proveitos e ganhos financeiros (€ 181,45).

Situação Económica e Financeira

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, cujas demonstrações financeiras a seguir se apresentam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente favorável.

Para além doutros factores, foi decisiva a manutenção de um rigoroso controlo de gestão, quer ao nível das despesas de funcionamento, quer das despesas de investimento, tendo sido possível acomodar a cativação definida na Lei do Orçamento do Estado, bem como, registar poupanças sobre as dotações disponíveis do Orçamento do Estado e do PIDDAC.

O resultado líquido do exercício apresenta-se negativo em € 162.498,74 e a explicação detalhada do mesmo encontra-se no anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Afigura-se de interesse sintetizar os valores, para o período dos últimos 6 anos, das principais fontes de financiamento do Instituto (valores em Euros):

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

2000	2001	2002	2003	2004	2005
14 350 415,49	15 427 818,95	21 276 819,00	19 932 134,00	32 360 140,16	28 862 503,63

Orçamento do Estado - PIDDAC

2000	2001	2002	2003	2004	2005
32 064 731,28	43 481 210,28	17 334 909,00	11 984 986,72	672 927,13	785 361,30

Receitas Próprias

2000	2001	2002	2003	2004	2005
8 402 906,57	3 913 134,19	4 003 688,04	3 788 354,68	4 678 872,19	4 415 434,63

Fundo Comunitário - PRINEST

2000	2001	2002	2003	2004	2005
515 216,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total Geral

2000	2001	2002	2003	2004	2005
55 333 270,31	62 822 163,42	42 615 416,04	35 705 475,40	37 711 939,48	34 063 299,56

Nota: A análise aos valores referentes aos exercícios de 2000 a 2002 deve ter em consideração a realização, durante este período, da grande operação estatística CENSOS 2001.

Balanço e situação patrimonial

A estrutura do balanço, à data de 31 de Dezembro de 2005, mantém-se próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o activo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 84% do activo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com o do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes principais variações:

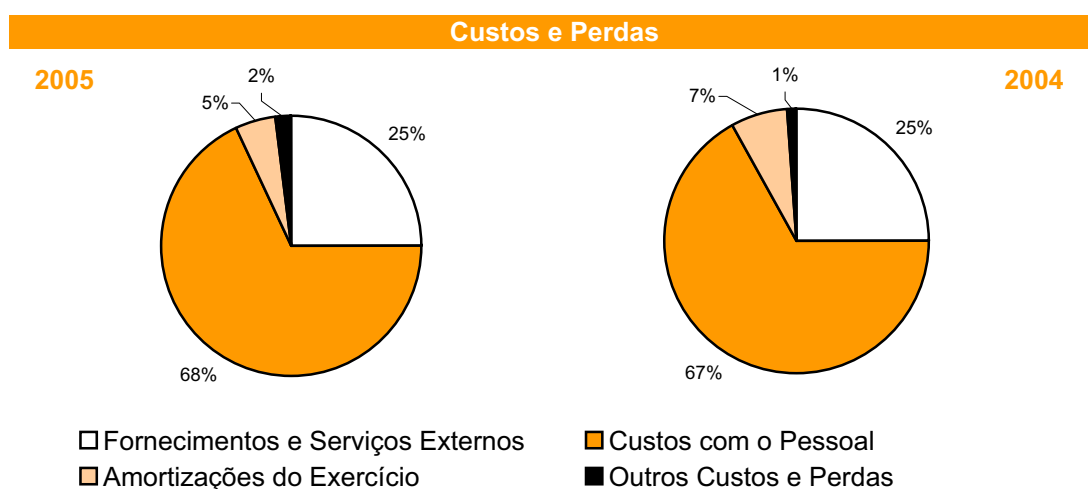
- a) Imobilizações corpóreas – evidencia uma redução líquida no exercício que é resultado da contabilização dos custos com as amortizações, dado que o valor dos investimentos não compensou o valor das mesmas. (Ver Nota 8.2.7). Acresce, ainda, que se assistiu à alienação do edifício sito na rua Padre Luís Aparício e uma regularização extraordinária na rubrica de Imobilizações em curso. (Ver Nota 8.2.12);
- b) Dívidas de terceiros – apesar do valor total do ano ser semelhante ao do ano anterior, os outros devedores registam uma diminuição pelo facto do EUROSTAT ter liquidado, durante o exercício, facturação que se encontrava em dívida relativa a exercícios anteriores. Pelo contrário, assistiu-se a um aumento relativo aos clientes c/c, devido a facturação emitida no final do exercício, relativa a contratos de prestação de serviços, a qual só foi regularizado no início de 2006;
- c) Proveitos diferidos – a redução verificada é resultado do já descrito na alínea a).

As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos

Os custos do exercício de 2005, suportados para assegurar o desenvolvimento das actividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 35.043.033,45 (2004: € 38.357.073,41).

Ao nível da estrutura dos custos não se observam alterações de elevado significado, em termos percentuais, comparativamente ao total dos custos em cada um dos exercícios, tal como se pode observar nos gráficos seguintes, (percentagens de cada rubrica de custos em relação ao total de custos):

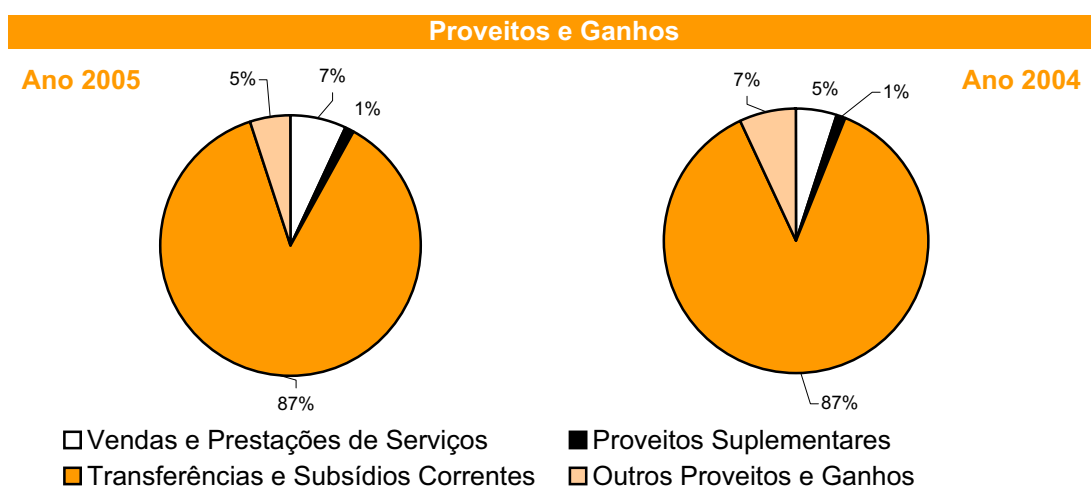


Assim, o principal agrupamento, ou seja, o dos Custos com o Pessoal, passou de uma posição de 67% para 68%, sendo de notar que, no entanto, se assistiu, por um lado, a um decréscimo dos valores relacionados com remunerações de € 388.453,71, o qual se explica, sobretudo, devido à diminuição do número de quadros e por outro lado, verifica-se, também, uma diminuição ao nível dos outros custos com o pessoal, a qual está relacionada, sobretudo, com o pagamento de indemnizações por rescisões de contratos por mútuo acordo, cujo montante total pago em 2005 foi de € 314.063,91 (2004: € 1.739.183,70).

O peso do segundo agrupamento, Fornecimentos e Serviços Externos, não registou qualquer variação, mantendo-se nos 25%.

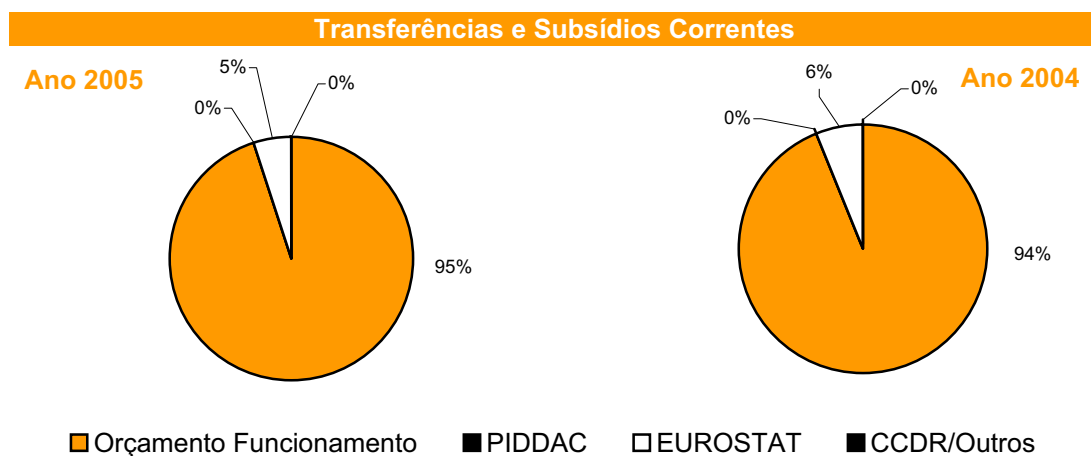
Quanto aos demais agrupamentos não sofreram alterações dignas de registo.

Os Proveitos, no total de € 34.880.534,71 (2004: € 38.251.162,88) também não registam variações significativas, acompanhando desta forma o verificado ao nível dos custos. Para melhor compreensão apresentam-se os gráficos seguintes, (percentagens de cada rubrica de proveitos em relação ao total de proveitos):



Das rubricas mais significativas, a de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos é a que se destaca tendo um peso de 87%.

Em termos gráficos, a percentagem da natureza dos subsídios em relação ao total das transferências e subsídios correntes, é como segue:



Quanto ao agrupamento relacionado com Vendas e Prestações de Serviços passa a representar 7 % (2004: 5%). O aumento verificado decorre, sobretudo, de novos contratos firmados durante o exercício em apreço.

O peso dos restantes agrupamentos não apresenta variações significativas uma vez que permanecem praticamente idênticos aos do ano transacto.

Investimentos

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas elevaram-se a € 957.067,73.

Do programa de investimentos merece destaque o montante despendido na área dos sistemas e tecnologias de informação, onde foi materializado em equipamentos, programação e licenciamentos de software o valor de € 807.964,40 (84,4%).

As restantes despesas de investimento distribuem-se pelas rubricas de edifícios e outras construções (€ 38.182,24), equipamento administrativo (€ 86.130,69) e ferramentas e utensílios (€ 24.790,40), as quais representam 4,0%, 9,0% e 2,6%, respectivamente.

Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido apurado no exercício foi de (€ 162.498,74).

Propõe-se a afectação deste resultado à conta Resultados transitados.

Lisboa, 27 de Março de 2006

O Conselho de Administração:

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho
Presidente

Pedro Jorge Nunes da Silva Dias
Vogal

Maria Helena de Sousa Cordeiro
Vogal

RELATÓRIO E CONTAS 2005

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios			
		2005		2004	
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	13 744 806,64	0,00	13 744 806,64	15 303 550,07
422	Edifícios e outras construções	10 277 122,18	3 372 277,63	6 904 844,55	8 246 896,90
423	Equipamento básico	1 279 803,11	1 137 613,55	142 189,56	199 349,46
424	Equipamento de transporte	486 013,87	486 013,87	0,00	11 167,19
425	Ferramentas e utensílios	117 116,53	77 861,50	39 255,03	22 530,26
426	Equipamento administrativo	3 153 000,88	2 555 357,43	597 643,45	765 768,06
428	Equipamento de informática	23 579 088,80	22 180 374,47	1 398 714,33	1 683 866,88
429	Outras imobilizações corpóreas	299 906,23	41 400,80	258 505,43	259 010,82
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	743 387,70
		52 936 858,24	29 850 899,25	23 085 958,99	27 235 527,34
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	89 801,41	0,00	89 801,41	130 438,06
33	Produtos acabados e intermédios	870 505,96	731 607,91	138 898,05	181 482,93
		960 307,37	731 607,91	228 699,46	311 920,99
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	911 183,23	20 197,28	890 985,95	702 297,99
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	1 155,75
262+268	Outros devedores	281 405,43	0,00	281 405,43	470 415,59
		1 192 588,66	20 197,28	1 172 391,38	1 173 869,33
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	781 118,15		781 118,15	824 820,09
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		781 118,15		781 118,15	824 820,09
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1 566 361,48		1 566 361,48	1 391 724,83
272	Custos diferidos	762 076,43		762 076,43	697 887,92
		2 328 437,91		2 328 437,91	2 089 612,75
	Total de amortizações		29 850 899,25		
	Total de provisões		751 805,19		
	Total do activo	58 199 310,33	30 602 704,44	27 596 605,89	31 635 750,50

O Director Financeiro e Administrativo,

Paulo Jorge da Conceição Henriques

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios	
		2005	2004
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20 772 818,99	20 772 818,99
59	Resultados transitados	(4 874 073,22)	(2 157 267,49)
	Subtotal	15 898 745,77	18 615 551,50
88	Resultado líquido do exercício	(162 498,74)	(105 910,53)
	Total dos fundos próprios	15 736 247,03	18 509 640,97
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para impostos	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	102 840,33	43 095,59
219+262+267/8	Outros credores	1 118 000,95	1 108 994,67
		1 220 841,28	1 152 090,26
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	2 967 865,24	2 923 096,43
274	Proveitos diferidos	7 671 652,34	9 050 922,84
		10 639 517,58	11 974 019,27
	Total do passivo	11 860 358,86	13 126 109,53
	Total dos fundos próprios e do passivo	27 596 605,89	31 635 750,50

O Conselho de Administração,

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho

Pedro Jorge Nunes da Silva Dias

Maria Helena de Sousa Cordeiro

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2005		2004	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:				
	Matérias		150 407,53		183 613,30
62	Fornecimentos e serviços externos		8 865 858,75		9 475 706,34
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	18 685 560,87		19 074 014,58	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	152 618,64		152 548,50	
645/8	Outros	4 867 493,68	23 705 673,19	6 263 456,58	25 490 019,66
66	Amortizações do exercício	1 737 460,19		2 863 360,59	
67	Provisões do exercício	5 179,13	1 742 639,32	42 671,85	2 906 032,44
65	Outros custos e perdas operacionais		13 468,90		12 628,88
	(A)		34 478 047,69		38 068 000,62
68	Custos e perdas financeiras:		4 091,90		5 245,66
	(C)		34 482 139,59		38 073 246,28
69	Custos e perdas extraordinários		560 893,86		283 827,13
	(E)		35 043 033,45		38 357 073,41
88	Resultado líquido do exercício		(162 498,74)		(105 910,53)
			34 880 534,71		38 251 162,88

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2005		2004	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	91 873,50		135 907,87	
	Prestações de serviços	2 258 361,62	2 350 235,12	1 941 784,98	2 077 692,85
72	Impostos, taxas e outros		0,00		0,00
	Variação da produção		(214 391,25)		(22 494,31)
73	Proveitos suplementares		382 959,96		495 641,35
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos		30 378 895,01		32 845 389,74
	(B)		32 897 698,84		35 396 229,63
78	Proveitos e ganhos financeiros		181,45		260,07
	(D)		32 897 880,29		35 396 489,70
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1 982 654,42		2 854 673,18
	(F)		34 880 534,71		38 251 162,88
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		(1 580 348,85)		(2 671 770,99)
	Resultados financeiros: (D)-(C)=		(3 910,45)		(4 985,59)
	Resultados correntes: (D)-(C)=		(1 584 259,30)		(2 676 756,58)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		(162 498,74)		(105 910,53)

RELATÓRIO E CONTAS 2005

MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			Desp. Func. Normal				
			F.FIN. 110 RECEITAS GERAIS				
01 0 09 14 00	1011	010102	Órgãos Sociais	138 857,00	138 857,00	0,00	130 353,11
01 0 09 14 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	11 045 060,00	11 045 060,00	0,00	10 257 311,64
01 0 09 14 00	1011	010105	Pessoal além dos quadros	163 162,00	163 162,00	0,00	103 147,58
01 0 09 14 00	1011	010106	Pessoal contratado a termo	93 091,00	93 091,00	0,00	62 181,58
01 0 09 14 00	1011	010111	Representação	44 435,00	46 435,00	0,00	44 471,98
01 0 09 14 00	1011	010112	Suplementos e prémios	1 995 864,00	1 995 864,00	0,00	1 959 833,34
01 0 09 14 00	1011	010113	Subsidio de refeição	785 325,00	785 325,00	0,00	668 156,93
01 0 09 14 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	2 293 410,00	2 293 410,00	0,00	2 241 450,08
01 0 09 14 00	1011	010201	Grat. variáveis ou eventuais	784 529,00	642 529,00	0,00	630 329,75
01 0 09 14 00	1011	010202	Horas extraordinárias	20 000,00	20 000,00	0,00	15 437,52
01 0 09 14 00	1011	010204	Ajudas de custo	190 000,00	190 000,00	0,00	80 936,56
01 0 09 14 00	1011	010205	Abono para falhas	3 000,00	3 000,00	0,00	1 199,40
01 0 09 14 00	1011	010212	Indemnizações cessação funções	100 000,00	336 000,00	0,00	314 063,91
01 0 09 14 00	1011	010213	Outros suplementos e prémios	40 000,00	30 000,00	0,00	15 225,72
01 0 09 14 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	3 171 881,00	3 021 881,00	0,00	2 956 847,50
01 0 09 14 00	1011	010308	Outras pensões	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00
01 0 09 14 00	1011	010309	Seguros	990 000,00	950 000,00	0,00	897 036,93
01 0 09 14 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	125 000,00	95 000,00	0,00	29 380,84
01 0 09 14 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	39 000,00	41 000,00	0,00	38 319,07
01 0 09 14 00	1011	020108	Material de escritório	264 000,00	244 000,00	0,00	140 521,28
01 0 09 14 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	40 000,00	40 000,00	0,00	13 094,21
01 0 09 14 00	1011	020121	Outros bens	500,00	500,00	0,00	0,00
01 0 09 14 00	1011	020201	Encargos das instalações	225 000,00	250 000,00	0,00	231 162,05
01 0 09 14 00	1011	020202	Limpeza e higiene	285 000,00	335 000,00	0,00	334 929,87
01 0 09 14 00	1011	020203	Conservação de bens	796 000,00	927 380,00	0,00	810 361,07
01 0 09 14 00	1011	020204	Locação de edifícios	580 000,00	570 000,00	0,00	564 145,83
01 0 09 14 00	1011	020209	Comunicações	1 347 500,00	1 017 500,00	0,00	953 603,58
01 0 09 14 00	1011	020211	Representação dos serviços	75 000,00	20 000,00	0,00	5 608,80
01 0 09 14 00	1011	020212	Seguros	62 000,00	65 000,00	0,00	60 189,66
01 0 09 14 00	1011	020213	Deslocações e estadas	481 000,00	491 000,00	0,00	479 447,17
01 0 09 14 00	1011	020214	Estudos, pareceres, proj. e consult.	5 871 386,00	3 257 398,00	328 012,00	2 384 213,51
01 0 09 14 00	1011	020215	Formação	300 000,00	300 000,00	0,00	224 224,25
01 0 09 14 00	1011	020217	Publicidade	100 000,00	90 000,00	0,00	51 088,88
01 0 09 14 00	1011	020218	Vigilância e segurança	300 000,00	270 000,00	0,00	253 756,56
01 0 09 14 00	1011	020219	Assistência técnica	500 000,00	850 000,00	0,00	694 252,49
01 0 09 14 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	700 000,00	785 000,00	0,00	648 033,23
01 0 09 14 00	1011	020225	Outros serviços	300 000,00	305 000,00	0,00	286 042,43
01 0 09 14 00	1011	070107	Equipamento de informática	0,00	130 000,00	0,00	113 822,84
01 0 09 14 00	1011	070109	Equipamento administrativo	0,00	55 000,00	0,00	54 064,44
01 0 09 14 00	1011	070115	Outros investimentos	0,00	16 000,00	0,00	14 258,04
			Subtotal 01	34 350 000,00	32 009 392,00	328 012,00	28 862 503,63

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não compro- metida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compro- missos por pagar (11)=(5)-(8)	
130 353,11	0,00	130 353,11	8 503,89	8 503,89	0,00	93,9%
10 257 311,64	0,00	10 257 311,64	787 748,36	787 748,36	0,00	92,9%
103 147,58	0,00	103 147,58	60 014,42	60 014,42	0,00	63,2%
62 181,58	0,00	62 181,58	30 909,42	30 909,42	0,00	66,8%
44 471,98	0,00	44 471,98	1 963,02	1 963,02	0,00	95,8%
1 959 833,34	0,00	1 959 833,34	36 030,66	36 030,66	0,00	98,2%
668 156,93	0,00	668 156,93	117 168,07	117 168,07	0,00	85,1%
2 241 450,08	0,00	2 241 450,08	51 959,92	51 959,92	0,00	97,7%
630 329,75	0,00	630 329,75	12 199,25	12 199,25	0,00	98,1%
15 437,52	0,00	15 437,52	4 562,48	4 562,48	0,00	77,2%
80 936,56	0,00	80 936,56	109 063,44	109 063,44	0,00	42,6%
1 199,40	0,00	1 199,40	1 800,60	1 800,60	0,00	40,0%
314 063,91	0,00	314 063,91	21 936,09	21 936,09	0,00	93,5%
15 225,72	0,00	15 225,72	14 774,28	14 774,28	0,00	50,8%
2 956 847,50	0,00	2 956 847,50	65 033,50	65 033,50	0,00	97,8%
100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
897 036,93	0,00	897 036,93	52 963,07	52 963,07	0,00	94,4%
29 380,84	0,00	29 380,84	65 619,16	65 619,16	0,00	30,9%
38 319,07	0,00	38 319,07	2 680,93	2 680,93	0,00	93,5%
140 521,28	0,00	140 521,28	103 478,72	103 478,72	0,00	57,6%
13 094,21	0,00	13 094,21	26 905,79	26 905,79	0,00	32,7%
0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,0%
231 162,05	0,00	231 162,05	18 837,95	18 837,95	0,00	92,5%
334 929,87	0,00	334 929,87	70,13	70,13	0,00	100,0%
810 361,07	0,00	810 361,07	117 018,93	117 018,93	0,00	87,4%
564 145,83	0,00	564 145,83	5 854,17	5 854,17	0,00	99,0%
953 603,58	0,00	953 603,58	63 896,42	63 896,42	0,00	93,7%
5 608,80	0,00	5 608,80	14 391,20	14 391,20	0,00	28,0%
60 189,66	0,00	60 189,66	4 810,34	4 810,34	0,00	92,6%
479 447,17	0,00	479 447,17	11 552,83	11 552,83	0,00	97,6%
2 384 213,51	0,00	2 384 213,51	545 172,49	545 172,49	0,00	73,2%
224 224,25	0,00	224 224,25	75 775,75	75 775,75	0,00	74,7%
51 088,88	0,00	51 088,88	38 911,12	38 911,12	0,00	56,8%
253 756,56	0,00	253 756,56	16 243,44	16 243,44	0,00	94,0%
694 252,49	0,00	694 252,49	155 747,51	155 747,51	0,00	81,7%
648 033,23	0,00	648 033,23	136 966,77	136 966,77	0,00	82,6%
286 042,43	0,00	286 042,43	18 957,57	18 957,57	0,00	93,8%
113 822,84	0,00	113 822,84	16 177,16	16 177,16	0,00	87,6%
54 064,44	0,00	54 064,44	935,56	935,56	0,00	98,3%
14 258,04	0,00	14 258,04	1 741,96	1 741,96	0,00	89,1%
28 862 503,63	0,00	28 862 503,63	2 818 876,37	2 818 876,37	0,00	90,2%

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS				
01 0 09 14 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	750 000,00	750 000,00	0,00	748 000,00
01 0 09 14 00	1011	010106	Pessoal contratado a termo	120 000,00	120 000,00	0,00	86 575,31
01 0 09 14 00	1011	010112	Suplementos e prémios	120 000,00	120 000,00	0,00	120 000,00
01 0 09 14 00	1011	010113	Subsidio de refeição	80 000,00	80 000,00	0,00	79 983,58
01 0 09 14 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	130 000,00	130 000,00	0,00	130 000,00
01 0 09 14 00	1011	010201	Grat. variáveis ou eventuais	100 000,00	100 000,00	0,00	100 000,00
01 0 09 14 00	1011	010204	Ajudas de custo	150 000,00	220 000,00	0,00	164 239,96
01 0 09 14 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	230 000,00	230 000,00	0,00	230 000,00
01 0 09 14 00	1011	010308	Outras pensões	50 000,00	50 000,00	0,00	49 745,00
01 0 09 14 00	1011	010309	Seguros	60 000,00	60 000,00	0,00	60 000,00
01 0 09 14 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	80 000,00	80 000,00	0,00	74 658,64
01 0 09 14 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	3 000,00	3 000,00	0,00	274,00
01 0 09 14 00	1011	020108	Material de escritório	6 000,00	6 000,00	0,00	176,70
01 0 09 14 00	1011	020114	Outro material - Peças	1 000,00	1 500,00	0,00	828,86
01 0 09 14 00	1011	020117	Ferramentas e utensílios	3 000,00	3 000,00	0,00	2 172,43
01 0 09 14 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	10 000,00	10 000,00	0,00	174,87
01 0 09 14 00	1011	020121	Outros bens	4 500,00	4 500,00	0,00	2 926,76
01 0 09 14 00	1011	020203	Conservação de bens	4 000,00	4 000,00	0,00	2 710,61
01 0 09 14 00	1011	020209	Comunicações	2 500,00	2 500,00	0,00	198,52
01 0 09 14 00	1011	020211	Representação dos serviços	25 000,00	25 000,00	0,00	9 197,62
01 0 09 14 00	1011	020213	Deslocações e estadas	9 000,00	10 000,00	0,00	6 726,70
01 0 09 14 00	1011	020214	Estudos, pareceres, proj. e consult.	562 000,00	904 216,00	225 000,00	679 216,00
01 0 09 14 00	1011	020225	Outros serviços	200 000,00	400 000,00	0,00	291 942,32
			Subtotal 02	2 700 000,00	3 313 716,00	225 000,00	2 839 747,88
			F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS				
01 0 09 14 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	700 000,00	700 000,00	0,00	699 000,00
01 0 09 14 00	1011	010112	Suplementos e prémios	150 000,00	150 000,00	0,00	149 429,61
01 0 09 14 00	1011	010113	Subsidio de refeição	50 000,00	50 000,00	0,00	50 000,00
01 0 09 14 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	130 000,00	130 000,00	0,00	130 000,00
01 0 09 14 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	220 000,00	220 000,00	0,00	220 000,00
01 0 09 14 00	1011	010309	Seguros	50 000,00	50 000,00	0,00	50 000,00
01 0 09 14 00	1011	020214	Estudos, pareceres, proj. e consult.	0,00	211 103,00	0,00	211 103,00
			Subtotal 03	1 300 000,00	1 511 103,00	0,00	1 509 532,61
			Total Desp. Func. Normal	38 350 000,00	36 834 211,00	553 012,00	33 211 784,12
			Desp. Invest. Plano				
			AMP. EDIFICIO SEDE				
01 9 50 11 00	1011	070103	Edifícios	150 000,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 01	150 000,00	0,00	0,00	0,00
			DES. SIS. INF.E.SOCIAL				
01 9 50 11 00	1011	070103	Edifícios	15 000,00	40 000,00	0,00	38 619,01
01 9 50 11 00	1011	070107	Equipamento de informática	1 110 000,00	947 520,00	243 920,00	702 822,79
01 9 50 11 00	1011	070109	Equipamento administrativo	30 000,00	35 000,00	1 907,00	33 092,93
01 9 50 11 00	1011	070110	Equipamento básico	5 000,00	0,00	0,00	0,00
01 9 50 11 00	1011	070111	Ferramentas e utensílios	5 000,00	15 000,00	4 173,00	10 826,57
01 9 50 11 00	1011	070115	Outros investimentos	5 000,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 02	1 170 000,00	1 037 520,00	250 000,00	785 361,30
			Total Desp. Invest. Plano	1 320 000,00	1 037 520,00	250 000,00	785 361,30
			Total Geral	39 670 000,00	37 871 731,00	803 012,00	33 997 145,42

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
748 000,00	0,00	748 000,00	2 000,00	2 000,00	0,00	99,7%
86 575,31	0,00	86 575,31	33 424,69	33 424,69	0,00	72,1%
120 000,00	0,00	120 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
79 983,58	0,00	79 983,58	16,42	16,42	0,00	100,0%
130 000,00	0,00	130 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
164 239,96	0,00	164 239,96	55 760,04	55 760,04	0,00	74,7%
230 000,00	0,00	230 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
49 745,00	0,00	49 745,00	255,00	255,00	0,00	99,5%
60 000,00	0,00	60 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
74 658,64	0,00	74 658,64	5 341,36	5 341,36	0,00	93,3%
274,00	0,00	274,00	2 726,00	2 726,00	0,00	9,1%
176,70	0,00	176,70	5 823,30	5 823,30	0,00	2,9%
828,86	0,00	828,86	671,14	671,14	0,00	55,3%
2 172,43	0,00	2 172,43	827,57	827,57	0,00	72,4%
174,87	0,00	174,87	9 825,13	9 825,13	0,00	1,7%
2 926,76	0,00	2 926,76	1 573,24	1 573,24	0,00	65,0%
2 710,61	0,00	2 710,61	1 289,39	1 289,39	0,00	67,8%
198,52	0,00	198,52	2 301,48	2 301,48	0,00	7,9%
9 197,62	0,00	9 197,62	15 802,38	15 802,38	0,00	36,8%
6 726,70	0,00	6 726,70	3 273,30	3 273,30	0,00	67,3%
679 216,00	0,00	679 216,00	0,00	0,00	0,00	75,1%
291 942,32	0,00	291 942,32	108 057,68	108 057,68	0,00	73,0%
2 839 747,88	0,00	2 839 747,88	248 968,12	248 968,12	0,00	85,7%
699 000,00	0,00	699 000,00	1 000,00	1 000,00	0,00	99,9%
149 429,61	0,00	149 429,61	570,39	570,39	0,00	99,6%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
130 000,00	0,00	130 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
220 000,00	0,00	220 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
211 103,00	0,00	211 103,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
1 509 532,61	0,00	1 509 532,61	1 570,39	1 570,39	0,00	99,9%
33 211 784,12	0,00	33 211 784,12	3 069 414,88	3 069 414,88	0,00	90,2%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
38 619,01	0,00	38 619,01	1 380,99	1 380,99	0,00	96,5%
702 822,79	0,00	702 822,79	777,21	777,21	0,00	74,2%
33 092,93	0,00	33 092,93	0,07	0,07	0,00	94,6%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
10 826,57	0,00	10 826,57	0,43	0,43	0,00	72,2%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
785 361,30	0,00	785 361,30	2 158,70	2 158,70	0,00	75,7%
785 361,30	0,00	785 361,30	2 158,70	2 158,70	0,00	75,7%
33 997 145,42	0,00	33 997 145,42	3 071 573,58	3 071 573,58	0,00	89,8%

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial (2)	Previsões corrigidas (3)	Receitas por cobrar no Início Ano (4)	Receitas Liquidadas (5)
Orgânica	Func.	Económica					
Código	Código	Código	Descrição				
01 0 09 14 00	1011	0603010101	Rec. Func. Normal				
			F.FIN.110 RECEITAS GERAIS				
			Transf. Correntes - O.E.	34 350 000,00	32 009 392,00	0,00	28 862 503,63
			Subtotal 01	34 350 000,00	32 009 392,00	0,00	28 862 503,63
			F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS				
01 0 09 14 00	1011	0402040201	Coimas e penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00
01 0 09 14 00	1011	0701039901	Publicações e impressos	250 000,00	444 212,00	0,00	535 952,25
01 0 09 14 00	1011	0702020101	Serviços	1 950 000,00	2 313 951,00	747 064,59	2 827 058,84
01 0 09 14 00	1011	0801999901	Outras receitas correntes	500 000,00	555 553,00	0,00	479 529,62
01 0 09 14 00	1011	0609019901	Subtotal 02	2 700 000,00	3 313 716,00	747 064,59	3 842 540,71
			F.FIN.260 RECEITA C/ T. SALDOS				
			Transf. Correntes - U.E. Instituições	1 300 000,00	1 511 103,00	413 455,76	1 688 683,38
			Subtotal 03	1 300 000,00	1 511 103,00	413 455,76	1 688 683,38
			Total Rec. Func. Normal	38 350 000,00	36 834 211,00	1 160 520,35	34 393 727,72
01 9 50 11 00	1011	0603010101	Rec. Invest. Plano				
			AMP. EDIFICIO SEDE				
			Transf. Correntes - O.E.	0,00	0,00	0,00	0,00
			Transf. Capital - O.E	150 000,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 01	150 000,00	0,00	0,00	0,00
01 9 50 11 00	1011	0603010101	DES. SIS. INF.E.SOCIAL				
			Transf. Correntes - O.E.	0,00	0,00	0,00	0,00
			Transf. Capital - O.E	1 170 000,00	1 037 520,00	0,00	785 361,30
			Subtotal 02	1 170 000,00	1 037 520,00	0,00	785 361,30
			Total Rec. Invest. Plano	1 320 000,00	1 037 520,00	0,00	785 361,30
Total Geral				39 670 000,00	37 871 731,00	1 160 520,35	35 179 089,02

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas (6)	Receitas cobradas brutas (7)	Reembolsos e restituições		Receita cobrada liquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas (12)=(10)/(3)*100
		Emitidos (8)	Pagos (9)			
0,00	28 862 503,63	0,00	0,00	28 862 503,63	0,00	90,2%
0,00	28 862 503,63	0,00	0,00	28 862 503,63	0,00	90,2%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	535 952,25	0,00	0,00	535 952,25	0,00	120,7%
0,00	2 238 640,76	0,00	0,00	2 238 640,76	1 335 482,67	96,7%
0,00	479 529,62	0,00	0,00	479 529,62	0,00	86,3%
0,00	3 254 122,63	0,00	0,00	3 254 122,63	1 335 482,67	98,2%
0,00	1 876 276,01	0,00	0,00	1 876 276,01	225 863,13	124,2%
0,00	1 876 276,01	0,00	0,00	1 876 276,01	225 863,13	124,2%
0,00	33 992 902,27	0,00	0,00	33 992 902,27	1 561 345,80	92,3%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	785 361,30	0,00	0,00	785 361,30	0,00	75,7%
0,00	785 361,30	0,00	0,00	785 361,30	0,00	75,7%
0,00	785 361,30	0,00	0,00	785 361,30	0,00	75,7%
0,00	34 778 263,57	0,00	0,00	34 778 263,57	1 561 345,80	91,8%

RELATÓRIO E CONTAS 2005

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Recebimentos		
Capítulo	Grupo			
		Saldo da gerência anterior		0,00
		Execução orçamental		0,00
		De dot. Orç. OE	0,00	
		De receitas próprias	0,00	
		Na posse do Serviço	0,00	
		Na posse do Tesouro	824.820,09	
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		0,00
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Receitas		39 420 946,29
1		Dotações orçamentais (OE)		29 647 864,93
		Org. Funcionamento	28 862 503,63	
	06.03.01.01.01	Transf. Correntes Orçamento do Estado	28 680 358,31	
	10.03.01.01.01	Transf. Capital Orçamento do Estado	182 145,32	
2		Correntes/PIDDAC	0,00	
	06.03.01.01.01	AMP. ED. SEDE INE (01)	0,00	
	06.03.01.01.01	DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (02)	0,00	
		Capital/PIDDAC	785 361,30	
	10.03.01.01.01	AMP. ED. SEDE INE (01)	0,00	
	10.03.01.01.01	DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (02)	785 361,30	
1		Dotações orçamentais (Receitas Próprias)		5 130 398,64
		Receitas Próprias Correntes	5 130 398,64	
	04.02.04.02.01	Coimas e Penalidades	0,00	
	05.02.01.01.01	Bancos e Out. Inst. Financeiras	0,00	
	06.09.01.99.01	Transf. Correntes - U. E. Instituições	1 876 276,01	
	07.01.03.99.01	Publicações e Impressos	535 952,25	
	07.02.02.01.01	Serviços	2 238 640,76	
	08.01.99.99.01	Outras receitas correntes	479 529,62	
		Recebido do Tesouro em conta de Receitas Próprias		4 349 280,49
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e Outras Entidades:		293 402,23
		Receita do Estado	293 402,23	
		Operações de Tesouraria	0,00	
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	3.172.785,48	
		Operações de Tesouraria	1.955.211,68	
		Total		39 420 946,29

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Pagamentos	
Capítulo	Grupo		
		Despesas	39 420 946,29
		Despesas Orçamentais (OE)	29 647 864,93
1		Correntes e de Capital/Orç. Funcionamento	28 862 503,63
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	15 466 906,24
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 057 192,86
	01.03.	Segurança Social	3 983 265,27
	02.01/02	Aquisição de Bens e Serviços	8 172 993,94
	07.	Aquisições bens capital	182 145,32
2		Correntes/PIDDAC	0,00
	02.	AMP. ED. SEDE INE (01)	
		Aquisições bens/serviços correntes	0,00
	02.	DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (02)	
		Aquisições bens/serviços correntes	0,00
2		Capital/PIDDAC	785 361,30
	07.	AMP. ED. SEDE INE (01)	
		Aquisições bens capital	0,00
	07.	DES. SIST. INF. EC. SOCIAL (02)	
		Aquisições bens capital	785 361,30
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos	4 349 280,49
		Correntes	4 349 280,49
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	2 192 988,50
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	264 239,96
	01.03.	Segurança Social	684 403,64
	02.01/02	Aquisição de Bens e Serviços	1 207 648,39
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias	5 130 398,64
		Descontos em Vencimentos e Salários:	
		Receita do Estado 3.172.785,48	
		Operações de Tesouraria 1.955.211,68	
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:	291 812,23
		Receita do Estado 291 812,23	
		Operações de Tesouraria 0,00	
		Saldo para a gerência seguinte	1 590,00
		Execução orçamental	0,00
		De dot. orçamentais OE 0,00	
		De receitas próprias 0,00	
		Na posse do Serviço 0,00	
		Na posse do Tesouro 781.118,15	
		De receita do Estado	1 590,00
		De operações de tesouraria	0,00
		Descontos em vencimentos e salários:	
		Receita do Estado 0,00	
		Total	39 420 946,29

RELATÓRIO E CONTAS 2005

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é um Instituto Público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e património próprio, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por objecto o exercício de funções de notação, apuramento, coordenação e difusão de dados estatísticos que interessem ao País.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 2003, conforme estipulado no Artº 3º do referido Diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2003, de 28 de Março (Normas de execução do Orçamento do Estado para 2003), foi extinta a comissão de fiscalização do INE (Art.º 60º do citado diploma), pelo que o presente relatório e contas não inclui qualquer parecer às contas emitido por esta comissão.

Mantém-se em vigor, contudo, a sua respectiva lei orgânica (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto) com as devidas adaptações.

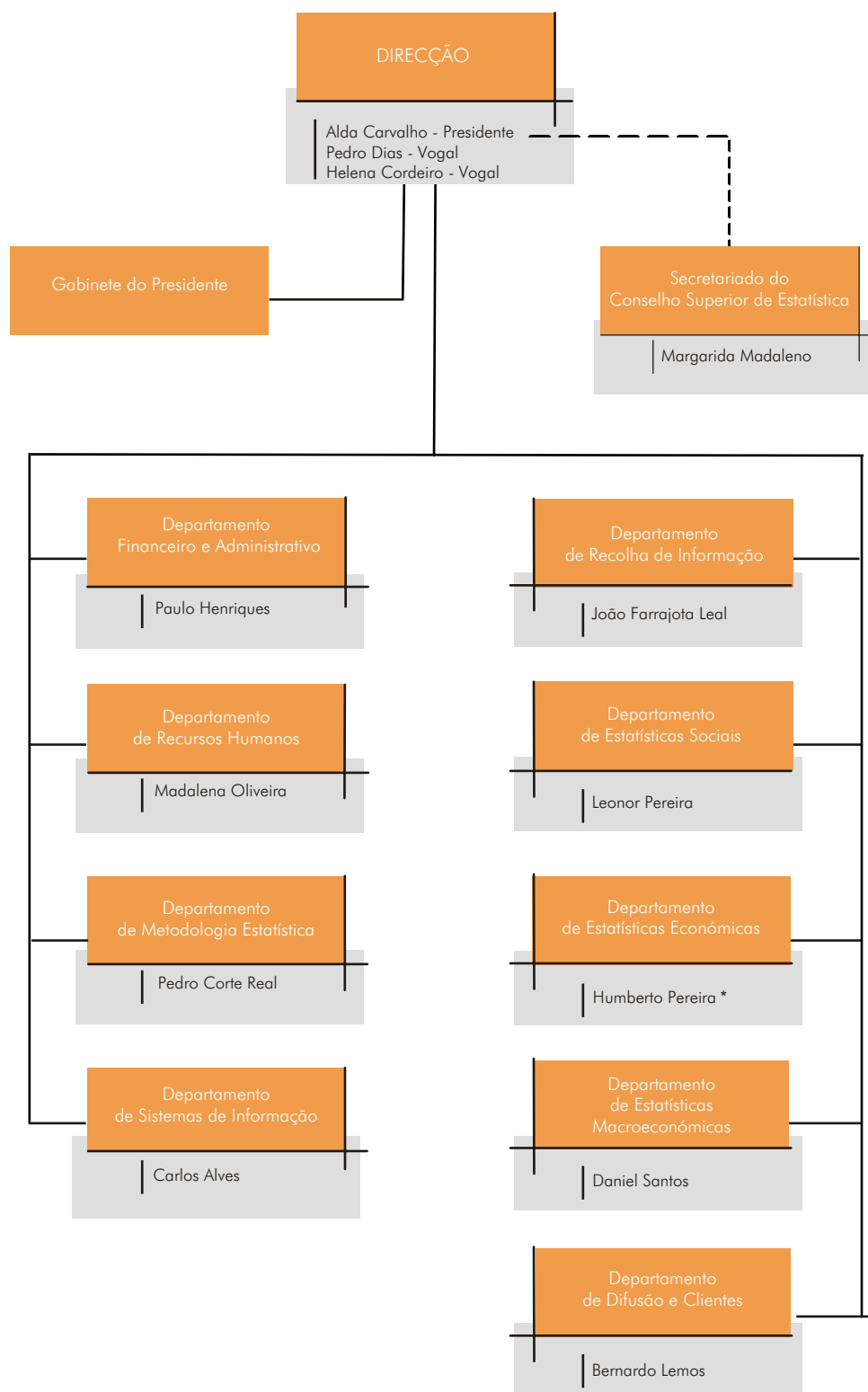
Deste facto não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, que é comparável à informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 25 de Maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a lei orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais. Actualmente, é a Lei nº 6/89, de 15 de Abril, que estabelece as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional e o Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto, que publica os estatutos do INE.

8.1.3

Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2005



———— Linha de dependência hierárquica

- - - - - Linha de dependência do Secretário ao Vice-Presidente do CSE (Presidente da Direcção do INE)

* Responsável interino

8.1.4 Descrição sumária das actividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho de Administração.

8.1.6 Organização contabilística

- (a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.
- (b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.
- (c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.
- (d) São elaboradas trimestralmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.
- (e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.
- (f) Existe inventário permanente para todas as existências.
- (g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento Financeiro e Administrativo emitir as devidas instruções.
- (h) Existe uma aplicação informática específica, onde se encontram cadastrados todos os bens do activo imobilizado.
- (i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num sistema de contabilidade analítica e orçamental.
- (j) O Serviço de Contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Anual:
Relatório e Contas;

Informação Mensal:
Balancetes do Razão, geral e analítico;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza;
Balancete de execução orçamental (PIDDAC e O.E.).

8.1.5 Recursos Humanos à data de 31 de Dezembro de 2005

CATEGORIA	Nº EFECTIVOS	RELAÇÃO JUR. EMPREGO			DEPARTAMENTO														
		QUADRO	TERMO CERTO	REQ./C.S.	O.SOC	GP	DES	DEE	DEM	DSI	DFA	DRH	DRH BOLSA	DME	DDC	DRI	SCSE	GDINE	ACR
Pres./Vogais Executivos	3	1		2	3														
Directores Departamento	8	7		1			1		1	1	1	1	1	1	1	1			
Director Adjunto	3	3					1	1	1										
Consultores	5	3		2		5													
Chefes de Serviço	41	39		2		5	6	6	7	3	1	2		3	1	6	1		
Tec. Sup. Estatística	196	193	1	2		7	21	27	46			2	18	23	6	45	1		
Tec. Sup. Informática	53	53					1		1	43			1	3		4			
Outros Tec. Superiores	30	30				8	3				3	3		3	4	4	1		1
Adjuntos de Estatística	226	226				2	9	32	23	6	6	4		15	10	115	1	1	2
Administrativos	43	43				1	1		1	1	9	3		3	2	19			3
Tec. Prof. Informática	34	34					1	3		18	3		1	1	3	4			
Outros Tec. Profissionais	91	90		1	3	7	2	4	3	1	7	3	4	8	13	29	2		5
Apoio Geral	17	17			1	4					7					1		2	2
TOTAIS	750	739	1	10	7	39	46	73	83	73	37	18	24	60	40	228	6	3	13

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem fundos fixos de caixa.
- (c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excepcionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie.
- (e) Existe centralização das compras. São realizadas através do Serviço Administrativo do Departamento Financeiro e Administrativo. Ocorrem, no entanto, situações pontuais de descentralização, especialmente a nível das Delegações Regionais, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.
- (f) Todas as compras são conferidas e controladas nos actos de recepção.
- (g) Toda a facturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (h) Existe separação e segregação das funções de facturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.1 Derrogações ao POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

A informação referente ao presente exercício é, nos aspectos relevantes, comparável com a do ano anterior, apesar de, até 31 de Dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos

(a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas reflectem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflecte, essencialmente, os reembolsos de despesas efectuadas pelo INE no âmbito de deslocações ao estrangeiro, acções de cooperação e patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento

(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e PIDDAC

Devido ao facto de a actividade do Instituto ser financiada essencialmente por subsídios do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da rubrica de Outros devedores e/ou Outros credores. Assim, excepto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de subsídios recebidos ou a receber do Estado ou receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do Eurostat (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h)); e
- Verbas provenientes das Comissões de Coordenação Regionais ao abrigo das candidaturas regionais aos fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respectiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão directamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com excepção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de Agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objecto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE calcula as amortizações do imobilizado corpóreo segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas fiscais máximas previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro. O INE não utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria n.º 671/2000 (2.ª série), de 17 de Abril, pelo facto da aplicação deste normativo não originar alterações patrimoniais significativas com impacto nas demonstrações financeiras.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2% - 25%
Equipamento básico	10% - 25%
Equipamento de transporte	25%
Ferramentas e utensílios	10% - 25%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Equipamento de informática	10% - 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	10% - 33,33%

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

- 95% para publicações editadas há mais de 24 meses;
- 80% para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0% para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efectivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

- 100% para créditos em mora há mais de 24 meses;
- 50% para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0% para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspectiva de risco efectivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber das Comissões de Coordenação Regionais no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados facturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de Dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de Abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no activo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	15 303 550,07	0,00	(1 558 743,43)	0,00	13 744 806,64
Edifícios e outras construções	11 817 873,72	38 182,24	(1 578 933,78)	0,00	10 277 122,18
Equipamento básico	1 311 364,06	0,00	(31 560,95)	0,00	1 279 803,11
Equipamento de transporte	486 013,87	0,00	0,00	0,00	486 013,87
Ferramentas e utensílios	94 032,05	24 790,40	(1 705,92)	0,00	117 116,53
Equipamento administrativo	3 119 119,11	86 130,69	(52 248,92)	0,00	3 153 000,88
Equipamento de informática	24 237 105,63	807 964,40	(1 465 981,23)	0,00	23 579 088,80
Outras imobilizações corpóreas	299 906,23	0,00	0,00	0,00	299 906,23
Imobilizações em curso	743 387,70	0,00	(743 387,70)	0,00	0,00
Totais	57 412 352,44	957 067,73	(5 432 561,93)	0,00	52 936 858,24

AMORTIZAÇÕES					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	3 570 976,82	314 258,75	(512 957,94)	0,00	3 372 277,63
Equipamento básico	1 112 014,60	57 159,90	(31 560,95)	0,00	1 137 613,55
Equipamento de transporte	474 846,68	11 167,19	0,00	0,00	486 013,87
Ferramentas e utensílios	71 501,79	8 065,63	(1 705,92)	0,00	77 861,50
Equipamento administrativo	2 353 351,05	253 595,42	(51 589,04)	0,00	2 555 357,43
Equipamento de informática	22 553 238,75	1 092 707,91	(1 465 572,19)	0,00	22 180 374,47
Outras imobilizações corpóreas	40 895,41	505,39	0,00	0,00	41 400,80
Totais	30 176 825,10	1 737 460,19	(2 063 386,04)	0,00	29 850 899,25

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento Financeiro e Administrativo deste Instituto a informação referente a este ponto, mas dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afectas, na totalidade, à actividade do INE.

À data de 31 de Dezembro de 2005, procedeu-se à alienação do edifício sito na Rua Padre Luís Aparício, nº 5, em Lisboa, na sequência de decisão que autorizou a sua devolução à Direcção-Geral do Património.

Em 2005, procedeu-se, ainda, à regularização da rubrica de Imobilizações em curso, a qual representava os custos incorridos com estudos e projectos referentes à remodelação do Edifício Sede do Instituto, dado considerar-se que no futuro, caso venha a proceder-se à respectiva ampliação do edifício, será sempre necessário elaborar novos estudos/projectos.

Os bens do imobilizado em poder de terceiros, constantes do Balanço em 31 de Dezembro de 2005, pertencem à rubrica equipamento de informática e encontram-se afectos às seguintes entidades:

Entidades	V. Aquisição	Amort. Acum.	V. Liq. Contab.
Serviço Regional de Estatística dos Açores	80 687,95	80 687,95	0,00
Direcção Regional de Estatística da Madeira	152 718,37	129 018,63	23 699,74
Direcções Regionais de Agricultura	128 008,93	113 602,82	14 406,11
Totais	361 415,25	323 309,40	38 105,85

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de Dezembro de 2005 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 2.936.879,82 (2004: 2.894.307,97) e correspondem às férias, subsídios de férias e respectivos encargos vencidos em 2005 e a pagar em 2006 encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de Dezembro de 2005 o valor a receber do pessoal ascende a 10.453,50 (2004: 14.701,60) e corresponde a adiantamentos com deslocações.

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	15 018,15	5 179,13	0,00	20 197,28
Provisões para depreciação de existências	903 414,28	0,00	(171 806,37)	731 607,91
Subtotal	918 432,43	5 179,13	(171 806,37)	751 805,19
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	918 432,43	5 179,13	(171 806,37)	751 805,19

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efectuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respectivamente.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20 772 818,99	0,00	0,00	20 772 818,99
Resultados transitados	(2 157 267,49)	0,00	(2 716 805,73)	(4 874 073,22)
Resultado líquido do exercício:				
2004	(105 910,53)	105 910,53	0,00	0
2005	0,00	0,00	(162 498,74)	(162 498,74)
Totais	18 509 640,97	105 910,53	(2 879 304,47)	15 736 247,03

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

A variação ocorrida em resultados transitados resulta, também, do descrito na Nota 8.2.12, referente à alienação do edifício sito na Rua Padre Luís Aparício, nº 5, em Lisboa.

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de Agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di) resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(83 444,83)
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	166 627,24
Variação da Produção	(214 391,25)
Outras situações	(31 289,90)
Resultado líquido do exercício	(162 498,74)

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	130 438,06
Compras	114 477,01
Regularização de existências	(4 706,13)
Existências finais	(89 801,41)
Custos no exercício	150 407,53

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	870 505,96
Existências iniciais	(1 084 897,21)
Diminuições no exercício	(214 391,25)

8.2.35 Repartição, por mercados, do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

Rubricas	M. Interno	M. Externo	Total
Vendas	75 640,38	16 233,12	91 873,50
Prestações de serviços	2 126 644,08	131 717,54	2 258 361,62
Totais	2 202 284,46	147 950,66	2 350 235,12

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
681 - Juros suportados	0,00	0,00	781 - Juros obtidos	42,34	260,07
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	2 182,67	761,91	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	139,11	0,00
688 - Outros custos e perdas financeiros	1 909,23	4 483,75	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Resultados financeiros	(3 910,45)	(4 985,59)			
	181,45	260,07		181,45	260,07

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
692 - Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792 - Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas em existências	3 797,10	0,00	793 - Ganhos em existências	0,00	801,37
694 - Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794 - Ganhos em imobilizações	35 848,84	2 774,01
695 - Multas e penalidades	89,00	30,00	796 - Reduções de amortizações e provisões	171 806,37	6 503,73
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	537 951,47	256 661,94	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	103 349,03	33 075,69
698 - Outros custos e perdas extraordinários	0,00	27 135,19	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	1 671 650,18	2 811 518,38
Resultados extraordinários	1 440 816,85	2 570 846,05			
	1 982 654,42	2 854 673,18		1 982 654,42	2 854 673,18

(a) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 1.661.996,13 (2004: 2.785.298,74) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (diii) (Ver também Nota 8.2.39 (c)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

(a) Outros devedores

Rubricas	2005	2004
EUROSTAT	225 863,13	413 455,76
Especialização do exercício do Orçamento do Estado	0,00	0,00
Direcções e serviços regionais	39 135,29	39 135,29
Pessoal	10 453,50	14 701,60
Outros	5 953,51	3 122,94
Totais	281 405,43	470 415,59

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2005	2004
Candidaturas Regionais	51 260,59	29 748,45
Comissão Europeia/Eurostat	1 141 730,89	1 361 299,90
Outros acréscimos de proveitos	373 370,00	676,48
Totais	1 566 361,48	1 391 724,83

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2005	2004
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	7 558 214,14	9 021 423,23
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	96 978,93	28 052,25
Outros proveitos diferidos	16 459,27	1 447,36
Totais	7 671 652,34	9 050 922,84

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2005	2004
Terrenos	315 905,28	323 886,05
Edifícios e outras construções	5 057 629,73	5 264 085,48
Equipamento básico	142 189,56	199 349,46
Equipamento de transporte	0,00	11 167,19
Ferramentas e utensílios	39 255,03	22 530,26
Equipamento administrativo	597 643,45	765 768,06
Equipamento informático	1 398 714,33	1 683 866,88
Outras imobilizações corpóreas	6 876,76	7 382,15
Imobilizações em curso	0,00	743 387,70
Totais	7 558 214,14	9 021 423,23

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2004	9 021 423,23
Reforço (OF e PIDDAC)	957 067,73
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(1 661 996,13)
Outras reduções, por abates	(758 280,69)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	7 558 214,14

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2005	2004
Orçamento de Funcionamento	28 682 571,13	32 268 933,77
Orçamento do PIDDAC	8 226,07	5 372,10
Comissão Europeia/Eurostat	1 595 948,64	1 963 128,47
Candidaturas Regionais/Outros	86 109,46	142 149,45
Especialização de verbas do Orçamento do Estado	6 039,71	(1 534 194,05)
Totais	30 378 895,01	32 845 389,74

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em Abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no activo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não actualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte formula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20)/45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma

RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos actuariais efectuados por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2005 e 2004, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projectada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2005	2004
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 1980	EVK 1980
Taxa de crescimento dos salários	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%
Taxa de rendimento do fundo	6%	6%
Taxa técnica actuarial	4%	4%

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a cobertura das responsabilidades pelos activos do Fundo que lhes estão afectos, era como segue:

	2005	2004
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	2 458 785,53	2 536 174,15
Valor do Fundo	2 996 322,79	2 734 007,10
Excesso/Insuficiência de cobertura	537 537,26	197 832,95

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2004	2 536 174,15
Custos correntes	169 027,65
Custos com juros	165 008,62
Ganho actuarial	(369 529,24)
Pagamento	(41 895,65)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2005	2 458 785,53

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Directriz Contabilística nº 19.

Alterações Orçamentais - Despesa

Classificação económica							Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)+(8)	Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Observações (10)
Código (1)	Descrição (2)	Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Modificações na redacção da rubrica (7)			
			Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)				
			Reforços (4)	Anulações (5)					
01.01.	Desp. Func. Normal								
	F.FIN. 110 RECEITAS GERAIS	16 559 204,00	2 000,00	0,00	0,00	0,00	16 561 204,00		
01.02.	Remun. certas e permanentes	1 137 529,00	274 000,00	-190 000,00	0,00	0,00	1 221 529,00		
01.03.	Ab. variáveis ou eventuais	4 386 881,00	0,00	-220 000,00	0,00	0,00	4 166 881,00		
02.	Segurança social	12 266 386,00	1 130 000,00	-1 197 000,00	0,00	-2 340 608,00	9 858 778,00		(a)
07.	Aq. bens e serviços correntes	0,00	201 000,00	0,00	0,00	0,00	201 000,00		
	Aq. bens capital	34 350 000,00	1 607 000,00	-1 607 000,00	0,00	-2 340 608,00	32 009 392,00		
01.01.	Subtotal 01								
	F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS	1 200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 200 000,00		
01.02.	Remun. certas e permanentes	250 000,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00	320 000,00		
01.03.	Ab. variáveis ou eventuais	420 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420 000,00		
02.	Segurança social	830 000,00	201 500,00	-271 500,00	613 716,00	0,00	1 373 716,00		
	Aq. bens e serviços correntes	2 700 000,00	271 500,00	-271 500,00	613 716,00	0,00	3 313 716,00		
01.01.	Subtotal 02								
	F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS	1 030 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 030 000,00		
01.02.	Remun. certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01.03.	Ab. variáveis ou eventuais	270 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270 000,00		
02.	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211 103,00		
	Aq. bens e serviços correntes	1 300 000,00	0,00	0,00	211 103,00	0,00	1 511 103,00		
	Subtotal 03	38 350 000,00	1 878 500,00	-1 878 500,00	824 819,00	-2 340 608,00	36 834 211,00		
	Total Desp. Func. Normal								
	Desp. Investimentos Plano								
	AMPL. ED. SEDE INE								
01.	Desp com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
02.	Aq. bens serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
07.	Aq. bens capital	150 000,00	0,00	0,00	0,00	-150 000,00	0,00		(a)
	Subtotal 01	150 000,00	0,00	0,00	0,00	-150 000,00	0,00		
	DES. S. INF. EC. SOCIAL								
01.	Desp com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
02.	Aq. bens serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
07.	Aq. bens capital	1 170 000,00	40 000,00	-40 000,00	0,00	-132 480,00	1 037 520,00		(a)
	Subtotal 02	1 170 000,00	40 000,00	-40 000,00	0,00	-132 480,00	1 037 520,00		
	Total Desp. Invest. Plano	1 320 000,00	40 000,00	-40 000,00	0,00	-282 480,00	1 037 520,00		
	Total	39 670 000,00	1 918 500,00	-1 918 500,00	824 819,00	-2 623 088,00	37 871 731,00		

(a) O montante inscrito na Coluna 7, de -2.623.088,00, refere-se à cativação imposta pela Lei que aprovou o Orçamento Rectificativo do Estado em 2005.

Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
	Receitas Func. Normal						
06.03.01.01.01	F.FIN. 110 RECEITAS GERAIS	34 350 000,00	0,00	0,00	-2 340 608,00	32 009 392,00	(a)
	Tranf. Correntes - O.E.	34 350 000,00	0,00	0,00	-2 340 608,00	32 009 392,00	
	Subtotal 01						
04.02.04.02.01	F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
07.01.03.99.01	Coimas e penalidades	250 000,00	194 212,00	0,00	0,00	444 212,00	
07.02.02.01.01	Publicações e impressos	1 950 000,00	363 951,00	0,00	0,00	2 313 951,00	
08.01.99.01.01	Serviços	500 000,00	55 553,00	0,00	0,00	555 553,00	
	Outras receitas correntes	2 700 000,00	613 716,00	0,00	0,00	3 313 716,00	
	Subtotal 02						
06.09.01.99.01	F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS	1 300 000,00	211 103,00	0,00	0,00	1 511 103,00	
	Tranf. Correntes - U.E. Instituições	1 300 000,00	211 103,00	0,00	0,00	1 511 103,00	
	Subtotal 03						
	Total Rec. Func. Normal	38 350 000,00	824 819,00	0,00	-2 340 608,00	36 834 211,00	
	Receitas Investimento Plano						
	AMP. ED. SEDE INE						
06.03.01.01.01	Correntes - Orç. Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.03.01.01.01	Capital - Orç. Estado	150 000,00	0,00	0,00	-150 000,00	0,00	(a)
	Subtotal 01	150 000,00	0,00	0,00	-150 000,00	0,00	
06.03.01.01.01	DES. S. INF. EC. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.03.01.01.01	Correntes - Orç. Estado	1 170 000,00	0,00	0,00	-132 480,00	1 037 520,00	(a)
	Capital - Orç. Estado	1 170 000,00	0,00	0,00	-132 480,00	1 037 520,00	
	Subtotal 02	1 320 000,00	0,00	0,00	-282 480,00	1 037 520,00	
	Total Rec. Invest. Plano	1 320 000,00	0,00	0,00	-282 480,00	1 037 520,00	
	Total	39 670 000,00	824 819,00	0,00	-2 623 088,00	37 871 731,00	

(a) O montante inscrito na Coluna 6, de -2.623.088,00, refere-se à cativação imposta pela Lei que aprovou o Orçamento Rectificativo do Estado em 2005.

Transferências Correntes - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Lei do Orçamento de Estado para 2005 - Orç. Funcionamento	34 149 000,00	28 680 358,31
Recurso Dotação Provisional - Orç. Funcionamento	0,00	0,00
Lei do Orçamento de Estado para 2005 - CAPº 50º (PIDDAC):		
Programa 01 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	0,00	0,00
Programa 02 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	0,00	0,00
TOTAL	34 149 000,00	28 680 358,31

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Lei do Orçamento de Estado para 2005 - Orç. Funcionamento	201 000,00	182 145,32
Lei do Orçamento de Estado para 2005 - CAPº 50º (PIDDAC):		
Programa 02 - AMPLIAÇÃO ED. SEDE INE	150 000,00	0,00
Programa 03 - DES. S. INF. EC. SOCIAL	1 170 000,00	785 361,30
TOTAL	1 521 000,00	967 506,62

Subsídios Obtidos

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
Subvenções com o EUROSTAT	Apoio de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	1 876 276,01	225 863,13
Subvenções DDC/POSI	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	25 448,09	0,00
Subvenções DF/CCRALgarve	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	0,00	0,00
Subvenções DP/CCRNorte	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	46 797,98	51 260,59
Subvenções com DDC/CESAP	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	8 632,89	0,00
Subvenções com DE/CESAP	Financiar projectos para obtenção de informação estatística	15 892,63	0,00
	TOTAL	1 973 047,60	277 123,72

RELATÓRIO E CONTAS 2005

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS - RELATÓRIO DE AUDITORIA**Introdução e responsabilidades**

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Instituto Nacional de Estatística** (adiante também designado por INE), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um activo líquido de 27 596 606 euros e um total de fundos próprios de 15 736 247 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 162 499 euros), a Demonstração dos Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os Anexos às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do INE, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

2. Excepto quanto ao referido no parágrafo 3. o nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

3. Os saldos de abertura referentes a 1 de Janeiro de 2005 não são objecto do nosso exame e as demonstrações financeiras do exercício de 2004 não foram objecto do exame por outros revisores e auditores.
4. Os processos judiciais em curso em 31 de Dezembro de 2005 que envolvem responsabilidades contingentes, de cerca de 258 000 euros (base 2002), não provisionadas, dizem respeito a processos laborais que se encontram em diversas fases processuais.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos, se os houver, das situações descritas nos parágrafos 3 e 4, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Instituto Nacional de Estatística** em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público.

Ênfase

6. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que, nos termos da nota 8.2.3 alínea (di) do Anexo às demonstrações financeiras, sendo a actividade do Instituto financiada essencialmente por subsídios do Estado, o INE releva em conta própria de Outros Devedores e Credores, por contrapartida de Transferências e Subsídios Correntes, um saldo equivalente e de sinal contrário à diferença existente, aquando do encerramento de contas, entre os activos e os passivos circulantes de natureza financeira.

BDO & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Lisboa, 29 de Março de 2006